

Bolívia: ascensão indígena ao poder e o Movimento ao Socialismo (MAS)

Bolivia: indigenous rise to power and the 'Movimiento al Socialismo' (MAS)

JOÃO PAULO SARAIVA LEÃO VIANA¹
VINÍCIUS RADUAN MIGUEL²

Resumo

O presente artigo aborda a ascensão indígena ao poder na Bolívia com a eleição de Evo Morales à presidência boliviana, pelo Movimento Ao Socialismo (MAS), no ano de 2005. Para tanto, se fez necessário uma breve retrospectiva das lutas sociais no país. Posteriormente, analisou-se o processo de institucionalização do MAS, desde suas origens, nos sindicatos *cocaleros* dos trópicos de Cochabamba, até a vitória de Morales. Por fim, tratamos de compreender a importância deste fenômeno na atual política sul-americana.

Palavras-Chave: Bolívia; Evo Morales; Governo; Movimento Ao Socialismo

1 João Paulo Saraiva Leão Viana é mestre em Relações Internacionais para a América do Sul pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (CEBELA-RJ); Professor da Faculdade de Rondônia (FARO) e União das Escolas Superiores de Rondônia (UNIRON), em Rondônia, Brasil. Autor de Reforma Política: Cláusula de Barreira na Alemanha e no Brasil (Edufro, 2006); Co-organizador de O Sistema Político Brasileiro: continuidade ou reforma? (Edufro, 2008) e Integração Sul-Americana: desafios e perspectivas (Edufro, 2011). E-mail: joaopauloviana@hotmail.com

2 Vinícius Raduan Miguel é mestre em Direitos Humanos e Política Internacional pela University of Glasgow; Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) e Professor Temporário do Departamento de Economia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), em Rondônia, Brasil. Co-organizador de Integração Sul-Americana: desafios e perspectivas (Edufro, 2011). E-mail: v.miguel@uol.com.br.

Abstract

The paper approaches the indigenous ascension at the political power at Bolivia with the election of Evo Morales to its presidency, in the Movement to the Socialism (MAS), in 2005. A historical retrospective of social struggles is made. Following this, the institutionalization of MAS is studied, since to the *cocalero's* trade unions at the borders of Cochabamba until the victory of Morales. At the end, it tried to demonstrate the significance of this phenomena at the current South American politics.

Key Words: Bolivia, Evo Morales, Government; Movement to the Socialism

Introdução

A vitória de Evo Morales na eleição presidencial de 2005 representa um dos mais importantes episódios da história do continente sul-americano. O triunfo indígena rompeu o ciclo da democracia pactuada³, iniciado na década de 80, marcando a ascensão do primeiro índio ao cargo de presidente, pondo fim a um sistema formal e informal de exclusão política em vigor desde a independência (MAYORGA, 2007), e constituindo-se, “sem dúvida, num feito histórico sem precedentes” (MENDIETA, 2008, p. 11).

Não obstante, o processo de construção do Estado boliviano produziu, desde os tempos da colônia, uma nítida fragmentação em sua forma (ver, por exemplo, GRAY MOLINA, 2008), acarretando numa composição étnica, social e econômica profundamente complexa, marcada por um histórico permanente de tensão, expresso, sobretudo, na convivência conflitiva entre os diversos grupos sociais antagônicos.

Nesse sentido, o sociólogo René Zavaleta Mercado (2008), um dos mais renomados intelectuais bolivianos do século XX, descreveu a Bolívia como um modelo de sociedade *abigarrada*⁴, onde a existência de muitas sociedades e civilizações justapostas, de diferentes modos de produção econômica, foi incapaz de produzir uma hegemonia permanente de poder, fazendo com que nenhum grupo societário fosse capaz de impor-se sobre os outros.

Ademais, conforme Zavaleta Mercado (2008) o estado foi incapaz de manter sua soberania sob o território, prescindindo-se, em muitos casos, de total presença estatal. De certo, reside aí, uma das principais causas das perdas territoriais que afetaram consideravelmente o país

3 A expressão “Democracia Pactuada” é utilizada para classificar o período que se inicia com o governo Paz Estenssoro, em 1985, e se esgota no início do século XXI, com o colapso do modelo neoliberal. A denominação deve-se “ao fato de que os presidentes se elegiam a partir de acordos entre os partidos no Congresso, chegando o regime boliviano do período a ser por isso classificado pela Ciência Política como de semipresidencialismo (CUNHA FILHO & VIANA, 2011, p. 227).

4 Variegado, feito de retalhos justapostos.

e que acarretam, até hoje, em feridas mal cicatrizadas, como é o caso da perda do acesso ao mar para o Chile, na Guerra do Pacífico, no século XIX.

George Gray Molina (2008) ao comentar a relação paradoxal entre Estado e Sociedade na realidade boliviana, apontou para a existência de movimentos sociais fortes, deparando-se com a fraqueza do Estado e de suas instituições democráticas. Gray Molina (2008, p. 110) utiliza a expressão “*state with holes*”⁵ para referir-se à forma fragmentada que constitui um dos traços principais da construção do Estado boliviano. O descompasso presente nessas relações foi responsável por uma Bolívia pobre, desigual, étnica e regionalmente dividida, marcada por um histórico de rebeliões, revoluções e golpes militares de Estado.

Assim, a eclosão da Guerra da Água, no ano de 2000, motivada pela tentativa do governo Bánzer de efetivar a privatização da rede de abastecimento d’água de Cochabamba por um consórcio liderado pela empresa americana Bechtel, consistiu no início de uma série de protestos que incidiriam no retorno das tensões e convulsões sociais, incluindo os diversos setores da sociedade civil, entre associações, agricultores, trabalhadores urbanos e setores da classe média, que agruparam-se sob a fundação da Coordenadora de Defesa da Água e da Vida.

A retomada da instabilidade, após quinze anos de conquista da estabilidade política construída pela democracia pactuada, fato tão aclamado por estudiosos da política boliviana (ver HOFMEISTER, 2004) gerou violentos conflitos entre populares e as forças do governo, acarretando, por meio da pressão dos movimentos sociais, na anulação do projeto de privatização. Nesse contexto, a vitória popular diante o Estado representou um duro golpe nas instituições da Democracia Pactuada. Pouco depois, acometido por um câncer de pulmão, Hugo Bánzer renúncia à presidência no ano de 2001. O vice-presidente Jorge Quiroga assumiu o cargo, concluindo o mandato.

No início do século XXI, a situação boliviana evidenciava um quadro de profundo caos social e retorno da instabilidade política, vista por

5 “Estado com furos”.

muitos como a crise do modelo liberal (GUIMARÃES; DOMINGUES; MANEIRO, 2005). A onda de protestos se alastrou pelas ruas, liderada por diversos movimentos sociais independentes, acarretando em inúmeros bloqueios de rodovias e confrontos diretos entre manifestantes e as tropas do governo. A partir daí, setores populares consolidariam uma agenda de importantes reivindicações alternativas que encontraria seu ápice nas mobilizações de 2002/2003, influenciando os rumos do processo político (HOFMEISTER, 2004) e prosseguindo até a antecipação das eleições em 2005.

Desse modo, este artigo apresenta, inicialmente, uma breve retrospectiva das lutas sociais no país. Posteriormente, analisou-se o processo de institucionalização do MAS, desde suas origens, em meados da década de 1980, no movimento sindical *cocalero* dos trópicos de Cochabamba, até a vitória de Morales, no início do século XXI, após um turbulento período de instabilidade vivido entre os anos de 2000 e 2005, representando, assim, o primeiro indígena a governar um país sul-americano. Por fim, tratamos de compreender a importância deste fenômeno na atualidade sul-americana, tendo em vista tratar-se de um dos mais relevantes acontecimentos políticos do continente.

Histórico

A emergência indígena ao poder é resultado, sobretudo, de um longo processo histórico, com origens ainda no período colonial, em que o índio se fez presente participando ativamente dos mais diversos momentos constitutivos da República. A luta por autonomia dos povos autóctones teve sempre entre suas principais demandas à questão do direito à terra, do reconhecimento multiétnico e pluricultural do povo boliviano, bem como a independência dos povos originários.

Assim, foi a revolta anti-colonial de 1781 liderada por Tupaj Katari⁶, que ficou registrada na memória coletiva do boliviano não-índio como

⁶ Em 1781, o líder aimará Tupaj Katari liderou junto a sua companheira Bartolina Sisa, um exército de cerca de 40.000 pessoas que sitiou a cidade de La Paz durante 109 dias em uma importante revolta anti-colonial. O episódio é visto por muitos historiadores como fato explicativo de certo medo da elite boliviana em relação a possíveis levantes indígenas (Ver CUNHA FILHO, 2009).

uma amostra do perigo de insurgência indígena contra a sociedade boliviana, chegando, de fato, a ser colocada no índice da historiografia oficial e só reaparecendo de forma efetiva no imaginário popular na profícua década de quarenta em seu momento pós-Chaco (ver THOMSON, 2007).

No decorrer do século XIX, as rebeliões indígenas se tornariam recorrentes, desde o longo e dramático processo da guerra de independência, onde o apoio indígena foi vital para o sucesso de Bolívar, Sucre e demais lideranças, até a Revolução Federal de 1899. Passo a passo, as demandas iam se fortalecendo, adquirindo novas bandeiras de lutas, entretanto, sem perder de vista o objetivo central de liberdade e autonomia.

Com a independência, em 1825, Simón Bolívar aboliu o tributo indígena em sua breve estadia no poder. Todavia, seu sucessor Sucre reinstalou o referido imposto, “constituindo-se no principal sustento da vida republicana durante o período caudilhistas” (MENDIETA, 2008, p. 15). A partir daí, iniciou-se um período de extrema instabilidade em decorrência da luta pelo poder na construção do Estado que, não obstante, desde o processo colonial produziu “uma estratificação sócio-étnica que construiu uma ordem político estamental e também uma dialética de negação do outro, sobretudo se o outro fosse o indígena, negro ou mestiço e, mais tarde, o excluído em geral” (CALDERÓN, 2007, p. 43).

A Revolução Federal de 1899 encerrou o século XIX boliviano, representando a vitória dos Liberais que, com apoio maciço dos indígenas, puseram fim ao domínio Conservador. Liderado por Zárate Wilka, o movimento indígena demonstrava protagonismo nas lutas por reconhecimento, pelo direito à terra e organização dos povos originários. Entretanto, a união não durou muito, pois ao alcançar a vitória, os liberais “não somente se esqueceram do federalismo, como desarmaram as tropas indígenas e executaram seus líderes” (KLEIN, 1984, p. 205).

Após traumáticas derrotas e perdas de territórios para países vizinhos, nos fins da década de 1930 e no decorrer dos anos 1940 um novo processo tomava curso na formação do Estado boliviano. A Guerra do Chaco (1932-1935), e o “encontro do povo com a nação” tão aclamado

por René Zavaleta Mercado (2008), abriu caminho para a formação do Socialismo Militar⁷ e a chegada ao poder de líderes nacionalistas, acompanhado diretamente pela reorganização indígena, agora nos sindicatos, promovendo uma nova forma de luta social.

Em 1941, a fundação do Movimento Nacional Revolucionário (MNR) por intelectuais e setores da classe média evidenciaria o enraizamento do sentimento nacional na sociedade boliviana. Posteriormente, a organização do I Congresso Indígena em 1945 consistiu num dos fatos mais marcantes do Governo Vilarroel, promovendo a reorganização de parte da sociedade, em busca de uma agenda de interesse comum para a problemática indígena. De fato, a partir desse período, há uma renovação significativa do discurso indigenista, que embora não logrando resultados de imediato, demonstraria a extrema necessidade de incorporação do índio à vida social boliviana.

Sob influência de ideais nacionalistas, a Revolução Nacional de 1952, conduzida por parcela significativa da classe média boliviana e apoiada maciçamente pelos indígenas, instituiu uma nova ordem institucional. O movimento revolucionário promoveu o surgimento do sindicalismo *obrero*, representado pela *Central Obrera Boliviana* (COB) (ver, por exemplo, HOFMEISTER, 2004), além dos sindicatos camponeses, como atores de vital importância à cena política.

Contudo, em que pese às enormes conquistas sociais e a ampliação da cidadania, as medidas foram incapazes de promover de *facto* a inclusão política, econômica e social do índio e, por conseguinte, a institucionalização democrática. Assim, o MNR fracassou em seu projeto de homogeneização cultural, não logrando êxito no reconhe-

7 Uma junta de jovens oficiais descontentes com a humilhação sofrida pela Bolívia na Guerra do Chaco, e pelo descaso e corrupção do alto escalão do exército, anunciam a tomada de poder e proclamam como líderes os militares Davi Toro e German Busch. Sob a presidência de Toro e, posteriormente, Busch o Socialismo Militar deixaria um legado de importantes conquistas sociais, como a primeira nacionalização de uma multinacional na América Latina, o primeiro código trabalhista do país, o reconhecimento da função social da propriedade, por intermédio de uma Constituição inovadora e socialmente avançada. De fato, o momento pós-guerra do Chaco inaugurou um novo tempo para a sociedade boliviana, influenciando os rumos do país nos anos 40 e impulsionando o movimento revolucionário de 1952.

cimento do caráter étnico e pluricultural do povo boliviano (ALBÓ, 2008; MENDIETA, 2008; ARCHONDO, 2007; GRINDLE, 2002; GRAY MOLINA, 2002).

Com isso, no início dos anos 1970, em oposição ao *pacto militar campesino* imposto pela ditadura de René Barrientos, e a insatisfação com o projeto do MNR, o *Katarismo* reviveria os ideais históricos das lutas de Tupaj Katari, trazendo de volta ao debate político o discurso de reivindicação dos direitos indígenas por reconhecimento. O advento do movimento cultural *katarista* deu origem a criação da *Confederacion Sindical Unica de Trabajadores Campesinos de Bolivia* (CSUTCB), bem como vários partidos políticos, promovendo a agenda indigenista à cena eleitoral em 1979, logo após a queda do ditador Hugo Bánzer. Nesse sentido, o Movimento Revolucionário Tupaj Katari e o Movimento Índio Tupaj Katari constituíram-se em relevantes atores advindos dos sindicatos com o apoio de estudantes e intelectuais de origem aymará.

Posteriormente, em meados da década de 1980, o projeto neoliberal instituído pelo próprio MNR e Paz Estenssoro, retirou da cena política o sindicalismo *obrero*, ao passo que foi acompanhado pelo acirramento da política anti-drogas americana e seu projeto de erradicação das plantações de coca. Tal acontecimento provocou, de imediato, a organização dos sindicatos *cocaleros* do Chapare, nos vales de Cochabamba, possibilitando, no momento seguinte, a ascensão da liderança de Evo Morales⁸ ao cenário político boliviano.

Entretanto, uma das mais importantes medidas adveio da Reforma Constitucional no Governo Sanchez de Lozada, com a promulgação da Lei de Participação Política⁹ em 1994, observada como um marco ao acesso indígena ao poder local (ver ALBÓ & QUISPÉ, 2004). A “lei bendita”, assim denominada por Xavier Albó (2008), proporcionou a ascensão de lideranças indígenas como conselheiros municipais e alcaides, permitindo a institucionalização do índio à vida política do

8 Evo Morales nasceu em Orinoca, no departamento de Oruro, migrando posteriormente para a região do Chapare, nos vales de Cochabamba. Foi agricultor, músico, jogador de futebol, encontrando posteriormente nos sindicatos dos produtores de coca sua vocação política.

9 Para mais detalhes sobre a participação indígena nas eleições após 1995, ver ALBÓ & QUISPE, 2004.

município e do país, aumentando consideravelmente sua representação e participação. Ademais, o reconhecimento do caráter plurinacional do Estado boliviano consolidou o caminho para a inserção dos povos originários.

A emergência do Movimento Ao Socialismo (MAS)

A emergência do MAS ao poder tem suas origens no processo de organização sindical dos *cocaleros* da região do Chapare, nos vales de Cochabamba. Símbolo da resistência à política de erradicação da folha de coca, encabeçada pelos Estados Unidos naquela região, o sindicalismo *campesino* foi praticamente a única forma de organização social durante o período de 1985 a 2000. Liderados por Evo Morales, que possui suas bases políticas no sindicalismo camponês como secretário de Esportes, tornando-se, adiante, presidente das Federações dos Trabalhadores do Trópico de Cochabamba (ver, por exemplo, SIVAK, 2008; STEFANONI, 2007; MAYORGA, 2007; KOMADINA & GEFFROY, 2007), os *cocaleros* lançam-se na tarefa de transformar o movimento social num partido político de força eleitoral (ARCHONDO, 2007).

Com o esgotamento do modelo de democracia pactuada, no final do século XX, evidenciou-se a existência de profundas fraturas e clivagens na sociedade boliviana, que se expressavam, sobretudo na existência de dicotomias entre Estado/mercado, regional/étnico cultural, constituindo-se num empecilho para a formação de um poder hegemônico (MAYORGA, 2007). Em que pese à conjuntura de alta conflitividade social, o protagonismo do movimento indígena na cena política possui entre seus traços principais a “resistência ao neoliberalismo, através da defesa dos recursos naturais – em especial a folha de coca e o gás –, um forte componente étnico-cultural e a combinação das lutas sociais com as lutas políticas” (KOMADINA & GEFFROY, 2007, p. 03). Não obstante, é nas origens do MAS que encontraremos a formulação atual do projeto nacional indigenista.

O cientista político Fernando Mayorga (2007) analisa a emergência do MAS a partir de uma dupla rota, tendo em vista que parte advém dos debates políticos nascidos na CSUTCB, em torno do objetivo de formação de um instrumento político de representação dos sindicatos camponeses e indígenas no início dos anos 1990, em meio às come-

morações dos 500 anos de descobrimento da América Latina. Por outro lado, o apoio ao MAS é resultado das organizações sindicais dos *cocaleros* e da relação entre sindicatos e forças da esquerda tradicional com pouca representação parlamentar.

A despeito do confuso processo de institucionalização, como analisaram Komadina e Geffroy (2007, p. 21) “O MAS nasceu muitas vezes”. Assim, a trajetória de fundação do partido remonta ao ano de 1995, quando organizações camponesas, sob a liderança de Evo Morales, filiaram-se a Assembleia pela Soberania dos Povos (ASP). Entretanto, a sigla não conseguiu assinaturas suficientes, fracassando no processo de reconhecimento na Corte Eleitoral. A partir daí, Morales e os *cocaleros* uniram-se sob a denominação de Izquierda Unida (IU).

O sistema eleitoral distrital misto baseado, na eleição de metade dos deputados em circunscrições eleitorais favoreceu o voto no plano local, permitindo que Morales se candidatasse por um dos distritos do Chapare. Dessa forma, nas eleições de 1997 o apoio popular na região dos trópicos e vales de Cochabamba resultou na expressiva vitória de Morales como o deputado uninominal mais votado do país (ARCHONDO, 2007), candidatando-se pela IU, legenda representante da esquerda tradicional boliviana.

Contudo, nas eleições municipais de 1999, Morales juntamente com seus aliados agruparam-se sob a sigla do Movimento Ao Socialismo Unzanguista (MAS-U), uma pequena organização política fundada em 1987 e presidida por David Áñez Pedraza, ex-parlamentar da Falange Socialista Boliviana, tradicional partido de Direita. Nesse contexto, a “sigla foi ‘cedida’ a Morales, líder dos sindicatos *cocaleros* do Chapare (KOMADINA & GEFFROY, 2007, p. 21).

No pleito eleitoral de 1999, o partido alcançou mais de 65 mil votos, a maioria concentrada na região do Chapare, “o que permitiu emergir ao parlamento com quatro deputados uninominais, e controlar várias prefeituras da zona rural” (MAYORGA, 2007, p. 119). Ainda que duramente criticado por alguns sindicalistas pelo fato de filiar-se a uma sigla de origem conservadora, Morales recebeu o apoio dos sindicatos camponeses que compreendiam o fato como uma transição até o verdadeiro instrumento político de representação popular. Logo depois, a letra U foi retirada, acarretando na “morte” da sigla

anterior, sendo substituída pela sigla IPSP (Instrumento Político pela Soberania dos Povos).

De certo, o turbulento processo vivido pela Bolívia entre os anos de 2000 e 2005, com a Guerra da Água e, posteriormente, a Guerra do Gás, esta última motivada pela tentativa do governo Sanchez de Lozada em exportar gás aos EUA via portos chilenos, possibilitou a ascensão do MAS, que ao liderar o retorno dos movimentos sociais, após o declínio da COB, converteu-se na principal força política do país. Os protestos representaram um marco para a ação coletiva, apresentando a cada conflito demandas corporativas e setoriais, bem como a representação dos movimentos étnicos (ver STEFANONI, 2007; ARCHONDO, 2007; KOMADINA & GEFFROY, 2007; MAYORGA, 2007; ZUCCO, 2007; CUNHA FILHO, 2009).

Não obstante, a crise do Estado boliviano acarretou na explosão das lutas sociais no início do século, sendo decisiva para o triunfo do MAS. Alcançando os resultados já nas eleições de 2002, a nova esquerda, ora renovada pelo MAS e pelo Movimento Indígena Pachacuti (MIP), liderado pelo também indígena Felipe Quispe, emergiu eleitoralmente, logrando a primeira grande vitória de “camponeses e indígenas na arena parlamentar através de organizações políticas próprias e a primeira vez que um candidato desses setores encarou a possibilidade de disputar a presidência” (MAYORGA, 2007). O processo de enraizamento do movimento indígena demonstrava, nitidamente, o colapso do multipartidarismo moderado, em vigor desde o início dos anos 80.

No pleito de 2002, as vitórias eleitorais em quatro departamentos possibilitaram ao MAS um avanço significativo, passando de um partido com patrimônio eleitoral restrito aos sindicatos *cocaleros* à relevante sigla partidária de densidade nacional (MAYORGA, 2007), constituindo, a partir daí, uma importante estratégia democrática e eleitoral de chegada ao poder e convertendo o movimento *cocalero* em poderoso movimento político democrático e popular (KOMADINA & GEFFROY, 2007).

Ainda que a frente dos bloqueios e protestos de ruas, com a renúncia de Sanchez de Lozada, ao defender a constituição e apoiar a posse do vice-presidente Carlos Mesa, Evo Morales e o MAS adotavam uma posição moderada e centrista, em busca da construção da institucio-

nalidade e contribuindo para o enraizamento da legenda na sociedade boliviana. Desse modo, o partido cumpriu valioso papel democrático e, diferentemente da esquerda tradicional, apoiou também a realização do referendo dos hidrocarbonetos, mesmo posicionando-se contrário a dois pontos da proposta. No entanto, após o rompimento da aliança tácita entre Mesa e Morales, o MAS converteu-se no principal opositor do governo.

Assim, já nas eleições municipais de 2004 o MAS consolidou-se como a maior força eleitoral do país, com 18,5% dos votos. Enquanto isso, os três maiores partidos que dominaram a política boliviana entre 1985 e 2000, ADN-MNR-MIR, somavam juntos 15,1%, resultado pífio diante os quase 60% nas eleições de 1987 e 50% em 1999 (KOMADINA & GEFFROY, 2007). Embora tenha alcançado a votação mais expressiva, constituindo-se como o único partido de cunho nacional, com presença em quase todos os pouco mais de 300 municípios, o êxito não foi maior devido, sobretudo, ao fato do partido não conseguir a prefeitura das maiores cidades, como La Paz, Santa Cruz e Cochabamba (ver KOMADINA & GEFFROY, 2007; MAYORGA, 2007).

Nesse contexto de excitação política, nas eleições de 2005 o MAS alcançaria um feito inédito na história boliviana. A vitória de Evo Morales com quase 54% dos votos representou a chegada do primeiro indígena à presidência de um país sul-americano, vencendo em 5 dos 9 departamentos bolivianos, além de conquistar 84 das 157 cadeiras na Câmara dos Deputados. O segundo colocado Jorge Quiroga, ex-ADN, foi o candidato da nova agrupação política de direita, o Podemos. Logo em seguida veio Samuel Doria Medina, com 7,8%, pela Unidad Nacional (UN), o MNR com 6,5% e a NFR com 0,68%.

Contudo, o triunfo do MAS não se repetiu nas eleições para *prefectos*¹⁰ departamentais realizadas paralelamente. Derrotado nos

10 O cargo de *prefecto* departamental equivalia ao de governador de Estado no Brasil, assim como os *alcaldes* municipais equivalentes aos prefeitos brasileiros. Com a antecipação das eleições presidenciais em 2005, ficou acertada também a realização da primeira eleição direta para o cargo de *prefecto*, anteriormente designado pelo presidente. Ainda que, dotado de serias restrições administrativas devido, sobretudo, ao caráter centralizador do Estado boliviano, utilizo a denominação governador por denotar o mais alto cargo político em nível regional. Com a promulgação da Constituição Política do

maiores departamentos, o MAS ganhou apenas em Oruro, Potosí e Chuquisaca, perdendo em La Paz, Santa Cruz, Cochabamba, Tarija, Pando e Beni. Embora tenha vencido a eleição presidencial em quase todas as circunscrições do departamento de Cochabamba, a prefeitura ficou nas mãos de Manfred Reyes Villa, da NFR, que logrou resultado desastroso no pleito nacional. No decorrer do mandato presidencial, o novo *prefecto* de Cochabamba constituir-se-ia num dos principais adversários políticos do presidente Evo Morales.

A fronteira entre o movimento sindical e a institucionalização político-partidária fez com que o MAS se caracterizasse como “um partido atípico”, num projeto que reúne elementos do nacionalismo e do indigenismo (MAYORGA, 2007), constituindo-se em si mesmo como um movimento, uma federação de sindicatos e um partido *sui generis* (STEFANONI, 2007), encarnando uma “nova esquerda” que renova o nacionalismo tão presente na cultura política boliviana, combinando o marxismo e o indigenismo numa forma sedutora (ver KOMADINA & GEFFROY, 2007) e consolidando-se como um imenso partido que ocupa quase todo o centro e grande parte da esquerda (ARCHONDO, 2007).

Líder de uma maioria étnica, Evo Morales e o MAS chegaram ao poder suscitando a esperança e a expectativa da maioria absoluta dos bolivianos ao levantar a bandeira do nacionalismo e do indigenismo menos radical e mais aberto ao diálogo. Construindo alianças com sindicatos, grupos políticos e lideranças comunitárias, tendo como base de sua atividade política os camponeses plantadores de coca da região do Chapare, Morales e o MAS logo emergem como força política nacional e representantes dos interesses da grande massa de indígenas. Recém empossado no cargo de presidente, Morales concedeu entrevista ao programa Roda Viva, do canal brasileiro TV Cultura, onde argumentou sobre sua inédita vitória:

Eu nunca sonhei em ser presidente. Mas essa presidência é um sonho de qualquer forma. É o sonho de muitos irmãos indígenas, não somente da Bolívia, mas de todo o continente. Sinto que tenho uma responsabilidade enorme

Estado, modificou-se a nomenclatura, passando a denominar-se governadores de departamentos.

e muito pouco tempo. Sinto que sou dirigente e amplio minhas responsabilidades em todos os níveis, não apenas na Bolívia como também internacionalmente. Tenho a responsabilidade de modificar uma história sombria que a colônia e a República nos deixaram. Estamos nesse processo de mudança para a democracia. Estou contente porque, depois de três meses de governo, estou aprendendo bastante. O palácio do governo se tornou uma grande universidade para mim. As reuniões com as equipes de gabinete e com os movimentos sociais são formas de aprender sobre temas de injustiça e aprender sobre desigualdade em meu país. Estou muito animado e fortalecido para seguir em frente. (EVO MORALES *em entrevista concedida ao programa RODA VIVA*, 23/04/2006).

E logo em seguida completou:

A chegada à presidência é motivo de orgulho para os povos indígenas, historicamente ameaçados de extermínio, não apenas marginalizados, excluídos, mas também odiados e desprezados. É impressionante quando visito as comunidades, todos somos presidentes, somos o governo. Evo Morales não é o único a ocupar este cargo. A força do movimento dos camponeses é impressionante. Não podemos nos equivocar, porque, nesse caso, nosso equívoco durará mais 500 anos (IDEM).

Indagado sobre a questão dos recursos naturais e a exploração por empresas estrangeiras Morales respondeu:

[...] Não queremos empresas fajutas, ilegais, que não respeitem as leis bolivianas. De qualquer forma, respeitamos os contratos. Se quiserem que eu fale de verdade da Petrobras, há muitos problemas. Talvez seja a empresa, não o governo. Queremos a presença da Petrobras, mas a empresa tem que respeitar a vontade soberana do povo. O povo, mediante referendo, decidiu nacionalizar e recuperar esses recursos naturais para os bolivianos. Antes era 18%

para o povo e 82% para as empresas. Isso é roubo, é saque. Lamento muito que os governos anteriores tenham aceitado isso. Vamos garantir que as empresas tenham o direito de recuperar seus investimentos e gerar lucro. Mas vamos nacionalizar nossos recursos naturais. O chamado “direito da propriedade na boca do poço” [refere-se à idéia de que quem encontra petróleo é o dono] terminou. A boca do poço será do Estado. Isso não significa confiscar bens das empresas. Elas têm direito de ficar e vamos respeitá-las (IDEM).

E respondeu sobre o objetivo da Assembléia Constituinte:

Não apenas os eleitos serão membros da Assembléia Constituinte. Todo o povo deve fazer parte disso. Todos fazemos parte da Assembléia Constituinte. Para que todos possamos refazer nossa Bolívia, diferente, uma Bolívia com justiça e igualdade, uma Bolívia sem discriminadores e discriminados, uma Bolívia sem exploradores e explorados, teremos que começar a nos unir desde as cidades, até as comunidades e colônias. E para isso servirão as discussões. Antes de chegar à assembléia, é preciso haver consensos e acordos. Vamos agora ir apostando nesses consensos. Também haverá a lei convocatória da Assembléia Constituinte (IDEM).

Balanco conclusivo

De certo, a vitória de Evo Morales fundou um novo capítulo na história da Bolívia e do continente sul-americano. Sendo assim, os primeiros anos de governo seriam de suma importância para a consolidação de uma nova hegemonia de poder, em busca da construção da tão sonhada institucionalidade democrática, visando prioritariamente à defesa dos recursos naturais e o respeito ao caráter multiétnico e pluricultural do povo boliviano.

A instabilidade política crônica, que atingiu seu ápice no quinquênio 2000-2005, possibilitou a reformulação de uma nova agenda social frente ao esgotamento do modelo neoliberal, o que acarretou na

emergência ao poder do indigenismo ao lado do nacionalismo, traço peculiar da cultura-política boliviana.

Embora o reconhecimento político-eleitoral tenha, de fato, sido alcançado apenas no início do século XXI, a presidência de Morales suscitou a esperança e expectativa dos mais de 2/3 dos bolivianos, que observam nele a liderança capaz de alavancar o reconhecimento da diversidade étnica e cultural do país, que já fora iniciado com a reforma constitucional de 1994. Nesse contexto, o triunfo de Morales, ainda que não se possa garantir a conquista da tão sonhada estabilidade, pode ser considerado um dos mais notáveis acontecimentos da política sul-americana.

Entretanto, em que pese o fato de Morales constituir-se como expressão das maiorias étnicas, sua presidência requer constante busca pelo diálogo e consenso. Enquanto presidente dos bolivianos, mesmo que eleito por uma maioria indígena majoritária, não se pode esquecer a minoria.

Assim, suas chances de sucesso dependem, prioritariamente, da capacidade de manejo e habilidade política para a conciliação dos mais diversos interesses, tendo em vista a realidade boliviana fortemente marcada por clivagens. Isto, porém, será tema de estudo para outra oportunidade.

Referências Bibliográficas

ALBÓ, Xavier. "The Long Memory of Ethnicity in Bolivia and Some Temporary Oscillations". In: CRABTREE, John; WHITEHEAD, Laurence (Orgs.). (2008), *Unresolved Tensions: Bolivia past and present*. Pittsburgh, Pittsburgh University Press.

ALBÓ, Xavier & QUISPE, Victor. (2004) *Quiénes son indígenas en los gobiernos municipales*. La Paz, Plural editores.

ARCHONDO, Rafael. “La ruta de Evo Morales”. (2007), In: **Bolivia: El fin del enredo?: Nueva Sociedad**, 209. Buenos Aires, Friedrich Ebert Stiftung.

CALDERÓN, Fernando G. (2007), “Oportunidad histórica: cambio político y nuevo orden sociocultural”. In: *Bolivia: El fin del enredo?: Nueva Sociedad*, 209. Buenos Aires, Friedrich Ebert Stiftung.

CUNHA FILHO, Clayton M. (2009) *Evo Morales e os horizontes da hegemonia: Nacional-popular e indigenismo na Bolívia em perspectiva comparada*. Dissertação de Mestrado. IUPERJ.

CUNHA FILHO, Clayton M.; VIANA, João Paulo Saraiva Leão. “A Bolívia e os desafios da integração regional: crise de hegemonia, instabilidade e refundação institucional”. In: VIANA, João Paulo Saraiva Leão; VASCONCELLOS, Patrícia Mara Cabral de; MIGUEL, Vinícius Valentin Raduan (Orgs.). (2011), *Integração Sul-Americana: desafios e perspectivas*. 1ª ed. Porto Velho, Edufro.

GRAY MOLINA, George. “The Offspring of 1952: Poverty, Exclusion, and the promise of the Popular Participation”. In: GRINDLE, Merilee S.; DOMINGO, Pilar (Orgs.). (2002), *Proclaiming Revolution: Bolivia in Comparative Perspective*. London: Institute of Latin American Studies. Cambridge, David Rockefeller Center for Latin American Studies.

GRAY MOLINA, George. “State-Society Relations in Bolivia: The Strength of Weakness”. In: CRABTREE, John; WHITEHEAD, Laurence. (2008), *Unresolved Tensions: Bolivia Past and Present*. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press.

GRINDLE, Merilee S. “1952 and All That: The Bolivian Revolution in Comparative Perspective”. In: GRINDLE, Merilee S.; DOMINGO, Pilar (Orgs.). (2002), *Proclaiming Revolution: Bolivia in Comparative Perspective*. London: Institute of Latin American Studies. Cambridge, David Rockefeller Center for Latin American Studies.

GUIMARÃES, Cesar; DOMINGUES, José Maurício; MANEIRO, María. “Bolívia: A História Sem Fim”. *Análise de conjuntura OPSA*. [online] 2005, n° 5, abril; Disponível em http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/6_analises_historia_sem_fim.pdf

HOFMEISTER, Wilhelm. “Bolivia: la construcción de la democracia y la evolución del proceso político”. In: HOFMEISTER, Wilhelm (Org.). (2004), *Reformas Políticas en América Latina*. Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer.

KLEIN, Herbert. (1984), *Historia General de Bolivia*. 2ª edición. La Paz, Editorial Juventud.

KOMADINA, Jorge & GEFFROY, Céline. (2007), *El poder del movimiento político: Estrategia, tramas organizativas e identidad del MAS en Cochabamba (1999-2005)*. La Paz, Universidade Mayor de San Simon.

MAYORGA, Fernando. (2007), *Encrucijadas: Ensayos sobre democracia y reforma estatal en Bolivia*. La Paz, Editorial Gente Común.

MENDIETA, Pilar Parada. *Política e Participación Indígena en Bolivia: Una reflexión desde la historia: siglos XIX-XXI*. In: GRÉBE LOPEZ, Horst. (2008), *Continuidad y Cambio en el orden político*. La Paz, Instituto Prisma.

MORALES, Evo. *Entrevista ao Programa Roda Vida – TV Cultura*. [online][23/04/2006] Disponível na internet em: <http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/programa/pgm1002>.

SIVAK, Martín. (2008), *JEFAZO: Retrato íntimo de Evo Morales*. Santa Cruz de La Sierra, Editorial El Pais, 2008.

STEFANONI, Pablo. (2007), “Siete preguntas y siete respuestas sobre La Bolívia de Evo Morales”. In: *Bolívia: El fin del enredo?. Nueva Sociedad*, 209. Buenos Aires, Friedrich Ebert Stiftung.

THOMSON, Sinclair. “Revolutionary Memory in Bolivia: Anticolonial and National Projects from 1781 to 1952”. In: GRINDLE, Merille S.;

DOMINGO, Pilar (Orgs.). (2002), *Proclaiming Revolution: Bolivia in Comparative Perspective*. London: Institute of Latin American Studies. Cambridge, David Rockefeller Center for Latin American Studies.

ZAVALETA MERCADO, René. (2008), *Lo Nacional Popular en Bolivia*. 2ª edición. La Paz, Plural Editores.

ZUCCO JR., Cesar. *Bolívia: Política Doméstica e Inserção Regional*. Rio de Janeiro, OPSA; NECON, 2008. Disponível em http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/5_estudosecenarios_Estudos_e_Cenarios_Zucco.pdf

Data de recebimento: 18/08/2011

Data de aprovação: 15/09/2011